

Interferência política nos impostos das barragens



O Movimento Cultural da Terra de Miranda (MCTM) torna pública a sua profunda indignação perante factos graves, que demonstram, uma vez mais, como os interesses instalados continuam a ser colocados acima do bem comum e da dignidade das populações.

De acordo com declarações recentes, um despacho de 2016, da Diretora-geral da Autoridade Tributária (AT) resultou de uma “informação” transmitida pela tutela governamental, ou seja, pelo então Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF), sustentada numa posição da APA: a de que as barragens seriam bens do domínio público.

A partir dessa interferência política, a Diretora-geral da AT determinou:

1. **A anulação de todas as liquidações de IMI sobre barragens anteriores a 2016;**
2. **A devolução às concessionárias dos valores que já haviam sido pagos;**
3. **A proibição de liquidações futuras**, mantendo um bloqueio fiscal que só foi revertido em 2024, por imposição do SEAF, Nuno Félix.

Esse despacho foi declarado ilegal pelo SEAF Nuno Félix, pelo Ministério Público e pelo Supremo Tribunal Administrativo.

Ficámos a saber que essa ilegalidade teve interferência política e quem foram os seus intervenientes. Assim se explica melhor o motivo que levou o então SEAF Mendonça Mendes e do Ministro do Ambiente Matos Fernandes a Miranda do Douro, uma semana depois da conclusão do negócio da venda das barragens, a anunciarem que eram bens do domínio público e, portanto, não sujeitas a qualquer imposto.

O resultado é escandaloso e inaceitável: **o Estado e as autarquias perderam receitas significativas**, durante anos, relativas ao IMI das barragens, que tanta falta fazem onde sempre fizeram: nos territórios do interior, na coesão social, nos serviços públicos, na capacidade de investimento das câmaras e juntas, e na vida concreta das comunidades.

Estamos perante um caso em que:

- **a decisão não partiu de critérios técnicos neutros**, mas de orientação vinda da tutela;
- **as concessionárias beneficiaram de milhões**, que as populações perderam;
- **os intervenientes ignoraram e violaram um parecer vinculativo da PGR**, emitido em 2006, que já afirmava o contrário: que as barragens **não integram o domínio público**.

Em termos políticos, claramente graves, **uma decisão ilegal foi imposta por interferência política**, apesar de existir orientação jurídica vinculativa que determinava o contrário.

E revela também algo ainda mais preocupante: **quem determinou este rumo criou dependências, compromissos e relações de pressão**, num jogo de bastidores em que o interesse público é tratado como detalhe descartável.

O MCTM rejeita firmemente este padrão de governação e de administração: **que protege os grandes interesses económicos, enquanto lesa o país e as populações locais condenando-as à impotência e ao silêncio.**

A Terra de Miranda não aceitará o silêncio como destino.

Os tribunais decidiram que a lei atual obriga as barragens a pagarem o IMI. Inexplicavelmente, o Governo atual prepara nova interferência política, pretendendo alterar essa mesma lei, alegando que pretende “clarificar” aquilo que os Tribunais já disseram que é claro. O resultado será apenas um apagão fiscal para as concessionárias.

Exigimos:

1. **Esclarecimento público completo** sobre a cadeia de decisões que levou à perda irremediável do IMI das barragens até 2019;
2. **Apuramento das responsabilidades políticas, administrativas e financeiras** com transparência e consequências;
3. **Reposição da justiça fiscal**, garantindo que as concessionárias paguem o que devem — sem favores, sem exceções e sem truques jurídicos;
4. **Indemnização das autarquias e das comunidades locais** que foram diretamente prejudicadas por estas decisões;
5. **Que o Governo não avance com a proposta de alteração ao Código do IMI destinada a salvar as concessionárias do pagamento deste imposto.**

O território não pode continuar a ser explorado como se fosse uma zona de sacrifício permanente: produz energia, sustenta impactos ambientais e sociais, sem disso retirar qualquer vantagem. Para além disso, ainda vê o valor fiscal ser desviado por despacho e conveniências.

Este comunicado é um aviso claro: **a Terra de Miranda está atenta, está mobilizada e não tolerará mais manobras que servem os mesmos de sempre e prejudicam as pessoas de sempre.**

Pedimos ao Tribunal de Contas que investigue e esclareça todos estes factos graves.